

S2F Partners
by Soler & Silva Filho

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.759

DOMINGO, 2 DE JUNHO DE 2024

R\$ 9,90



Crise do lixo custa R\$ 97 bi ao Brasil, aponta estudo

Falhas de coleta e reciclagem impactam saúde humana, financeira e ambiental

SÉRIES FOLHA ALÉM DO LIXO

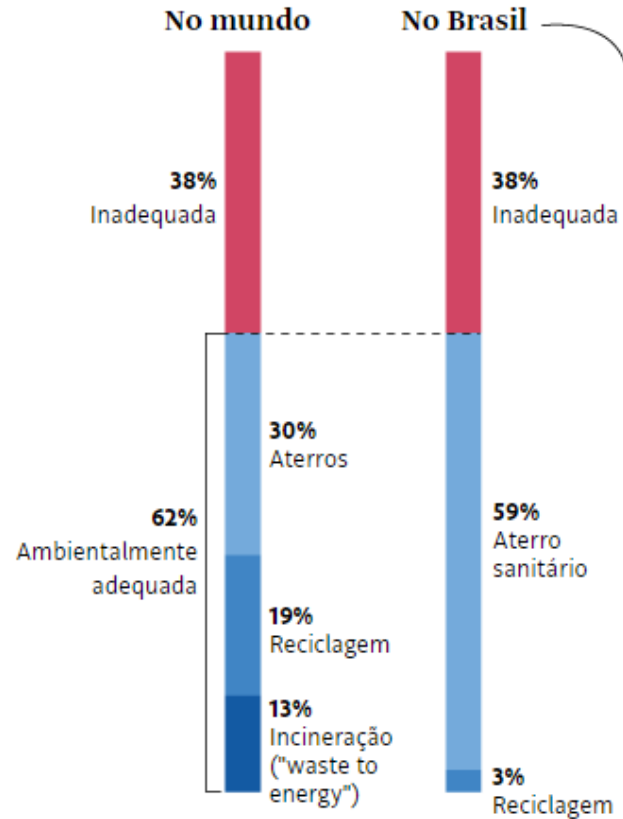
Os problemas na gestão de resíduos sólidos, somados aos impactos ambientais e climáticos da poluição, geram custo anual ao Brasil na ordem de R\$ 97 bilhões, de acordo com dados de 2020.

Em 2050, o impacto indireto dessa crise pode alcançar R\$ 135,9 bilhões. Os números são de um estudo feito para a Folha pela consultoria S2F Partners com cálculos do GMWO2024, responsável pela análise de um relatório da ONU neste ano, relata **Fernanda Mena**.

O Brasil gera quase 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, um montante suficiente para encher 2.000 Maracanãs. O descarte termina em aterros ou é reciclado, processo que consome R\$ 30,5 bilhões, principalmente de recursos públicos municipais.

Apenas 4% dos resíduos coletados são reciclados. Cerca de um terço da média de 380 kg de lixo produzido per capita no Brasil todo ano vai para lixões a céu aberto, córregos, rios e, finalmente, o mar, deixando ao longo desse percurso um rastro tóxico. **Mercado p.1**

Destinação final de RSU após tratamentos e destinações disponíveis*

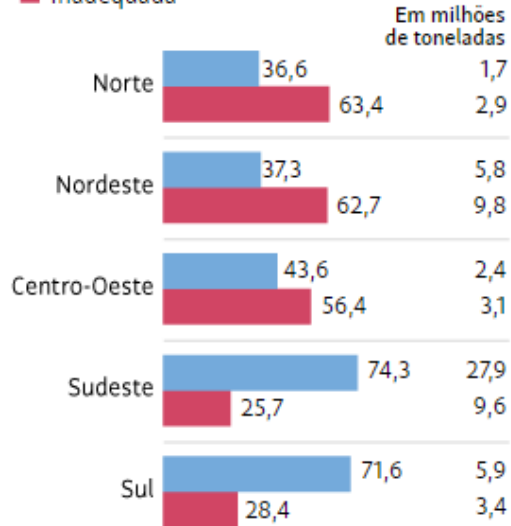


*Em 2022

Por região

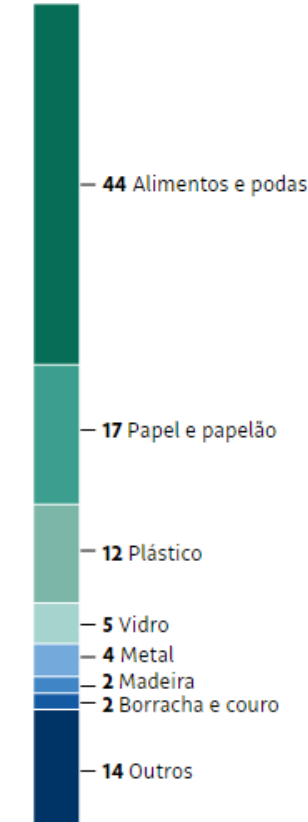
Em %

■ Ambientalmente adequada
■ Inadequada



Composição do lixo urbano no mundo

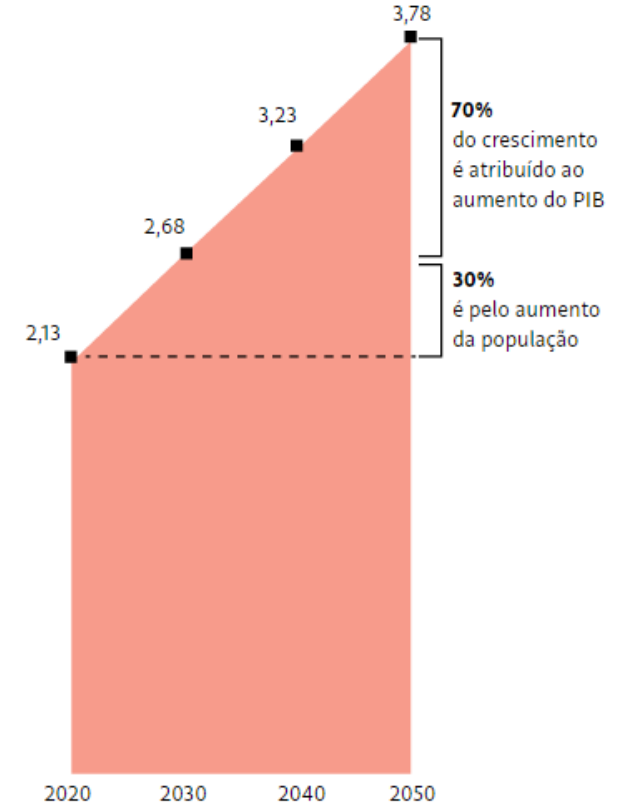
Em %



Fonte: What a waste, Banco Mundial, 2018

Projeção de geração de lixo no mundo

Em bilhões de toneladas



Fonte: Global Waste Management Outlook, ONU, 2023

Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR)

Lei Federal 14.260, de 8.12.2021

Estabelece **incentivos fiscais e benefícios a serem adotados pela União para projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem**, com vistas a fomentar o uso de matérias-primas e de insumos de materiais recicláveis e reciclados, nos termos da PNRs.

DO INCENTIVO A PROJETOS DE RECICLAGEM

Com o objetivo de incentivar as indústrias e as entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional, nos 5 (cinco) anos seguintes ao início da produção de efeitos dessa Lei, a **União facultará às pessoas físicas e jurídicas tributadas com base no lucro real a opção pela dedução de parte do imposto de renda em virtude do apoio direto a projetos previamente aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**.

DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS PARA PROJETOS DE RECICLAGEM

A LIR autoriza a constituição de **Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle)**, sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, **cujos recursos serão destinados aos projetos previstos nessa Lei**. Compete à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ouvido o MMA, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração dos ProRecicle.

Escopo dos Projetos da LIR

- **capacitação, formação e assessoria técnica**, inclusive para a promoção de intercâmbios, nacionais e internacionais, para as áreas escolar/acadêmica, empresarial, associações comunitárias e organizações sociais que explicitem como seu objeto a promoção, o desenvolvimento, a execução ou o fomento de atividades de reciclagem ou de reúso de materiais;
- **incubação** de microempresas, de pequenas empresas, de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem em **atividades de reciclagem**;
- **pesquisas e estudos** para subsidiar ações que envolvam a **responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos**;
- **implantação e adaptação de infraestrutura** física de microempresas, de pequenas empresas, de indústrias, de cooperativas e de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- **aquisição de equipamentos e de veículos para a coleta seletiva, a reutilização, o beneficiamento, o tratamento e a reciclagem de materiais** pelas indústrias, pelas microempresas, pelas pequenas empresas, pelas cooperativas e pelas associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- **organização de redes de comercialização e de cadeias produtivas**, e apoio a essas redes, integradas por microempresas, pequenas empresas, cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- **fortalecimento da participação dos catadores** de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem; e
- **desenvolvimento de novas tecnologias** para agregar valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis.

“Lei Rouanet da Reciclagem”

Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido a quantia efetivamente despendida no apoio direto aos projetos, nas seguintes condições:

- relativamente à **pessoa física, limitada a 6% (seis por cento) do imposto de renda;**
- relativamente à **pessoa jurídica, limitada a 1% (um por cento) do imposto devido;**
- as pessoas físicas e jurídicas **tributadas com base no lucro real** poderão deduzir parte do imposto de renda em virtude do apoio direto a **projetos previamente aprovados pelo MMA;**
- as pessoas jurídicas **não poderão deduzir** a quantia para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- os projetos aprovados e executados com recursos serão **acompanhados e avaliados pelo MMA;**
- MMA concederá anualmente **certificado de reconhecimento** a investidores, beneficiários e empresas que se destacarem pela contribuição à realização dos objetivos dessa Lei.

Decreto Federal 12.106, de 10.07.2024

**Regulamenta o incentivo fiscal à cadeia produtiva da reciclagem
estabelecido na Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR)
(Lei Federal nº 14.260, de 2021)**

Regulamento da LIR

- os **procedimentos administrativos relativos à apresentação, à recepção, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, à avaliação de resultados e à prestação de contas** serão estabelecidos em **ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**;
- **recursos provenientes de incentivos deverão ser depositados e movimentados em conta bancária específica**, aberta em instituição financeira credenciada pelo MMA, que tenha por titular o proponente do projeto aprovado, e a respectiva prestação de contas será estabelecida em ato do MMA.
- **MMA informará à Secretaria Especial da Receita Federal do Ministério da Fazenda** sobre os valores correspondentes aos incentivos destinados ao apoio direto a projetos no ano-calendário anterior;
- ato do MMA disciplinará o funcionamento da **Comissão Nacional de Incentivo à Reciclagem - CNIR**, destinada a estabelecer diretrizes para a atividade de reciclagem, bem como a acompanhar e a avaliar os incentivos previstos nessa Lei;

**O que foi regulamentado até o momento
sobre a Lei de Incentivo à Reciclagem?**

- **Lei Federal 14.260, de 8.12.2021:** estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle);
- **Portaria GM/MMA 539, de 6.6.2023:** designa os membros, titulares e suplentes, que compõem a Comissão Nacional de Incentivo à Reciclagem - CNIR;
- **Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.141, de 27.2.2023:** dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto de Renda Pessoa Física, prevendo a inclusão do inciso XIII, tratando de incentivos à indústria da reciclagem, para a nova hipótese de dedução correspondente à quantia efetivamente despendida no apoio direto a projetos aprovados pelo MMA;
- **Resolução CVM 206, de 4.7.2024:** dispõe sobre a constituição de classe de cotas com a finalidade específica de aplicar recursos em ativos originados em projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem ("classe de cotas ProRecicle").
- **Decreto Federal 12.106, de 10.07.2024:** Regulamenta o incentivo fiscal à cadeia produtiva da reciclagem estabelecido na Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR).

**O que ainda falta regulamentar para dar
efetividade à LIR?**

Publicação de Portaria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima estabelecendo procedimentos administrativos relativos à apresentação, à recepção, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, à avaliação de resultados e à prestação de contas.

A seguir compartilho trechos da **minuta de Portaria MMA, de março de 2024.**

Minuta de Portaria MMA estabelecendo procedimentos relativos à apresentação, à análise, à aprovação, ao acompanhamento, ao monitoramento, e à avaliação de resultados das propostas e projetos do mecanismo de incentivo à indústria da reciclagem.

Estrutura da Minuta de Portaria MMA

Capítulo I – Dos Conceitos
Capítulo II – Das Propostas
Capítulo III – Fases do Desenvolvimento do Mecanismo da LIR
Capítulo IV – Da Admissibilidade das Propostas
Capítulo V – Da Análise Técnica
Capítulo VI – Da Execução do Projeto
Capítulo VII – Dos Prazos e Captação e Execução
Capítulo VIII – Das Alterações de Projeto
Capítulo IX – Do Monitoramento e Acompanhamento
Capítulo X – Da Comprovação de Despesas
Capítulo XI – Da Conclusão do Projeto e Avaliação de Resultados
Capítulo XII – Das Sanções
Capítulo XIII – Disposições Finais

Anexo I – Detalhamento de Temas e Produtos Esperados
Anexo II – Itens de impactos efetivos previstos no Projeto para a ampliação e melhoria da coleta seletiva, da reciclagem e/ou da gestão de empreendimentos
Anexo III – Declaração de Responsabilidade
Anexo IV – Documentos da Proposta
Anexo V – Declaração Unificada
Anexo VI – Projeto Técnico de Engenharia
Anexo VII – Trilhas de Controle

Proponente - pessoa jurídica que apresente proposta de projeto perante o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, com vistas a obter autorização de captação de recursos de patrocinadores.

Proposta - requerimento com informações detalhadas sobre a entidade e sobre o projeto proposto a ser encaminhado à apreciação e aprovação do MMA.

Art. 4º O envio de propostas é permitido a:

- I. Microempresa e Pequenas Empresa: Cooperativa, Indústria, Serviço e Comércio,
- II. Empreendimento de Catadores de Materiais Recicláveis,
- III. Empreendimento Transformador Reciclador - ETR
- IV. Instituições de Ensino e de Pesquisa,
- V. Condomínio Edifício,
- VI. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip;
- VII. Organização da Sociedade Civil- OSC;
- VIII. Órgão Público, Autarquia, Fundação, entre outras desta natureza.

Parágrafo único: Proponentes deverão comprovar, pelo menos, 1 (um) ano de funcionamento.

Art. 9º No ato de inscrição para a admissibilidade, a proposta deve conter em seu escopo:

- I. Nome do Projeto
- II. Nome do Proponente
- III. Agência bancária do banco indicado pela SQA.
- IV. Objetivo Geral;
- V. Resumo do projeto
- VI. Justificativa;
- VII. Objetivos específicos/metapas/etapas (tema, meta, etapa, quantidade, valor unitário local de execução, prazo de execução, metodologia de execução). Detalhamento de Temas e produtos ANEXO I;
- VIII. Custos Vinculados
- IX. Impacto Previsto – Seleção de Impactos Efetivos Previstos no Projeto segundo ANEXO II.
- X. Cronograma de execução físico-financeiro
- XI. Declaração Única
- XII. Declaração de responsabilidade - ANEXO III
- XIII. Documentos da Proposta - ANEXO IV

CAPÍTULO III. FASES DO DESENVOLVIMENTO DO MECANISMO DA LIR

Art. 18 Os procedimentos para avaliação e aprovação das propostas e execução dos projetos possuem as seguintes etapas:

- I. Análise de Admissibilidade - AA
- II. Captação mínima exigida para a análise técnica da proposta;
- III. Análise técnica - AT;
- IV. Captação Mínima para Operacionalização do Projeto - CMOP;
- V. Execução e monitoramento;
- VI. Avaliação de Execução.



Parágrafo único: As fases do desenvolvimento contemplam 2 (dois) períodos de Captação Mínima.

- I. Captação Mínima exigida para a análise técnica da proposta, com valores detalhados no Art. 23, é a primeira e antecede a Análise Técnica sendo uma de qualificação da proposta.
- II. Captação Mínima para Operacionalização do Projeto – CMOP é a segunda e seu valor é definido pelo proponente na proposta. O proponente deverá calcular um valor de captação que considere o mínimo que permita a execução de uma parte do projeto com funcionalidade, podendo ser concluído sem pendências no caso de dificuldades para a captação do valor total. Esta fase ocorre depois da análise técnica mas antecede a liberação para o início da execução do projeto.

CAPÍTULO IV. DA ADMISSIBILIDADE DAS PROPOSTAS

Art. 20 A análise de admissibilidade da proposta contemplará a verificação da regularidade da documentação apresentada, a análise da suficiência da descrição dos itens de projeto, a análise da aderência do objeto aos temas de projeto do Art. 3º e a verificação de cumprimento aos regramentos básicos deste normativo.

Parágrafo único: Na fase de admissibilidade caberá a solicitação de uma única diligência com prazo de atendimento de até 7 dias úteis, e o não cumprimento dos ajustes solicitados na diligência resultará no arquivamento da proposta.

Art. 20 As propostas admitidas aptas à captação de recursos serão publicadas no Diário Oficial da União e disponibilizados na página oficial na internet do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima contendo: razão social e CPNJ do proponente, número da proposta e nome do projeto, objeto da proposta, número da conta captação e período previsto para captação e para execução do projeto.

Parágrafo Único: A admissão da proposta para Captação mínima, consoante inciso I do caput, não autoriza o início da execução do projeto, que depende da conclusão de outras etapas, conforme Art. 18 desta Portaria.

Art. 22 A SQA fará a abertura das Contas Captação e Movimento referentes às propostas admitidas, em nome do proponente, o qual indicará na proposta o nome e número da agência de sua preferência no banco indicado pela SQA.

- VIII. A Conta Captação é a conta que será utilizada exclusivamente para recebimento dos valores de patrocínio estando bloqueada para movimentação do proponente.
- IX. A Conta Movimentação é destinada à realização do pagamento das despesas do Projeto estando apta a movimentação pelo proponente.

CAPÍTULO V. DA ANÁLISE TÉCNICA

Art. 24 Ao alcançar a captação mínima o proponente será solicitado ao proponente o reenvio da proposta com adequação à realidade de execução, atualização de metas, de etapas, de cronograma e detalhamento do orçamento.

Parágrafo Único: No reenvio da proposta com adequação à realidade de execução, não serão alterados o objeto e os temas

Art. 25 Nesta fase de análise técnica o orçamento será analisado criteriosamente e deve ser atualizado com detalhamento de itens, preços unitários e quantitativos.

§1ºO orçamento deverá ser detalhado com base em tabelas de referências disponíveis podendo ser utilizadas tabelas como o SINAPI, o PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL, o SALIC do Ministério da Cultura e, no mínimo 3(três) cotações para itens não referenciados.

§2ºNa impossibilidade de apresentação de 3 (três) cotações, apresentar justificativa fundamentada com demonstrativo de preço de mercado.

§3ºO custo vinculado de Administração, nesta etapa, deverá ser detalhado com preços unitários e quantitativo no orçamento, sendo vedada a utilização de valores globais.

CAPÍTULO VI. DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Art. 29 As propostas com parecer técnico de recomendação de aprovação serão encaminhadas à SQA para terem a aprovação homologada e publicizada, adquirindo a partir de então status de Projeto.

Parágrafo Único: As propostas mencionadas no caput só terão execução liberada após finalizada a etapa de Captação Mínima para Operacionalização do Projeto – CMOP.

Art. 30 O Valor da CMOP é definido pelo proponente em campo específico da proposta e deve considerar o Custo Mínimo de Execução do Projeto, relativo ao valor a ser captado que permita a execução de parte do projeto sem prejuízo da sua funcionalidade.

§1ºPara projetos de obras civis incluindo os equipamentos essenciais a sua funcionalidade, a CMOP fica definida em 100% do Custo Global de Projeto.

§2ºPara as reformas o CMOP será aquele definido pelo proponente na proposta.

§3ºQuando a CMOP definida pelo proponente na proposta for igual ou menor que a Captação Mínima da Admissibilidade, considerar-se-á o projeto apto a execução na aprovação da análise técnica.

Art. 31 Ao atingir o valor de captação correspondente a CMOP, o projeto estará apto a execução, devendo a SQA realizar a transferência integral dos valores da Conta Captação para a Conta Movimento.

CAPÍTULO VII. DOS PRAZOS DE CAPTAÇÃO E EXECUÇÃO

Art. 33 O prazo de execução do projeto será definido pelo proponente conforme o cronograma de execução apresentado tendo seu início previsto na data do início da execução com a disponibilização dos recursos na conta movimento.

§1º O prazo de execução não deverá ultrapassar 3 anos.

§2º Os projetos plurianuais, ou seja, com prazos de execução maior que 1 (um) ano, devem prever em seu orçamento os reajustes anuais dos contratos utilizando índices de mercado.

§3º Os projetos de continuidade ou projetos com prazo necessário ao atingimento dos objetivos maior que 3 anos terão as propostas reapresentadas com ajustes e atualização orçamentária, diretamente para a fase de análise técnica.

§4º O prazo para captação de recursos será iniciado na data da Autorização para Captação de Recursos encerrando-se 30 dias antes do prazo de conclusão de execução do projeto

CAPÍTULO IX. DO MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Art. 35 Os projetos terão sua execução monitorada pela SQA, como forma de acompanhar os resultados globais do mecanismo e de promover a fruição da execução dos projetos com regularidade.

Parágrafo Único: O monitoramento previsto será realizado mediante comprovação da execução do projeto pelo proponente por meio de relatórios de execução, que serão acompanhados:

- I. De forma automatizada, por análise preditiva;
- II. Por controle de recebimento de relatórios;
- III. Por análise integral de relatório e visita técnica virtual ou presencial em procedimento amostral.

Art. 36 Os procedimentos amostrais de acompanhamento e avaliação de resultados deverão utilizar uma matriz de risco considerando o porte dos projetos, proporcionalidade de temas de projeto, número de itens em orçamentos, dentre outros a serem definidos na SQA.

Art. 37 Os relatórios de execução do projeto serão enviados pelo proponente, a cada quatro meses, ao longo de todo o projeto, contemplando as metas e etapas executadas, percentuais de execução física, percentuais de execução financeira, de acordo com o que foi estabelecido no cronograma de execução, devendo apresentar:

- I. Relatório descritivo da execução de Metas e Etapas com definição de percentuais de execução física e financeira;
- II. Relatório fotográfico compatível com as metas descritas;
- III. Filmagens realizadas durante a execução;
- IV. Relatório de conciliação financeira do aplicativo financeiro da conta movimentação;
- V. Cronograma de execução atualizado.

CAPÍTULO X. DA COMPROVAÇÃO DE DESPESAS

Art. 39 Os recursos da conta MOVIMENTO destinam-se, exclusivamente, ao pagamento das despesas constantes no projeto aprovado, devendo sua movimentação realizar-se através de qualquer operação bancária autorizada pelo Banco Central do Brasil, desde que fique identificada sua destinação, estando vedado, em qualquer hipótese, o saque em dinheiro.

Art. 40 A comprovação de despesas será realizada via Sistema com a inclusão pelo proponente de documentos de despesas realizada cotidianamente à medida que os pagamentos e a movimentação da conta do projeto forem realizados.

CAPÍTULO XI. DA CONCLUSÃO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 41 No prazo de 60 (sessenta) dias da conclusão do projeto ou do encerramento do prazo de execução do projeto, o proponente deverá enviar o relatório final de execução que contemple:

- I. Relatório descritivo da execução de Metas e Etapas com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, de metas efetivamente executadas a partir do cronograma físico/financeiro do projeto;
- II. Comprovação da realização do objetivo proposto, acompanhada das evidências de sua efetiva realização, relatório fotográfico e filmagens realizadas durante a execução ou envio de amostras ou cópias de estudos e pesquisas;
- III. Relatório de conciliação financeira do sistema financeiro da conta movimentação;
- IV. Cronograma de execução física e financeira do efetivamente executado;
- V. Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos;
- VI. Cópia do termo de recebimento da obra e do as built, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- VII. Atualização dos valores dos impactos alcançados;
- VIII. Consulta de avaliação de resultados da execução do projeto emitida pelos 2(dois) patrocinadores de maior contribuição no projeto conforme modelo de consulta que será disponibilizado pela SQA;

Parágrafo Único: Caso o proponente deixe de apresentar o relatório final no período indicado no caput deste artigo, será lançada a inadimplência do projeto e o proponente será diligenciado para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação, sob pena de reprovação da análise de resultados por omissão

S2F Partners
by Soler & Silva Filho